

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.347 - PR (2019/0043424-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : WAGNER NOVAIS MARCOLINO DA SILVA
ADVOGADO : THIAGO ISSAO NAKAGAWA - PR049807
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WAGNER NOVAIS MARCOLINO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que, ao julgar o HC n.º 0035233-13.2018.8.16.0000, denegou a ordem.

Consta dos autos que o Paciente foi preso preventivamente em 19/09/2017, pela suposta prática dos delitos de associação criminosa (art. 288 do Código Penal), usura (art. 4º, alínea *a*, da Lei n.º 1.521/1951), extorsão (art. 158 do Código Penal), ameaça (art. 147 do Código Penal) e lavagem de dinheiro (art. 1.º da Lei n.º 9.613/1998).

A Defesa impetrou prévio *writ* buscando a revogação da custódia cautelar, cuja ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (fl. 358):

"HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. CRIME DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288), AMEAÇA E EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES (ART. 345), TODOS DO CÓDIGO PENAL, E LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI Nº 12.683/2012). PLEITO DE GRATUIDADE JUDICIAL. NÃO CONHECIMENTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DA PRISÃO PREVENTIVA. DESCABIMENTO. ATO DECISÓRIO MOTIVADO NA NECESSIDADE DE SE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. PACIENTE CONDENADO COM TRÂNSITO EM JULGADO PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL QUE, NUM PRIMEIRO OLHAR, NÃO SE VERIFICA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA, E, NA PARTE CONHECIDA, DENEGADA."

Daí a presente insurgência, na qual o Recorrente sustenta que sua prisão amparou-se apenas nos indícios de autoria, sem demonstração, de forma inequívoca, de que maneira sua liberdade importaria perigo à ordem pública, à conveniência da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Afirma que o *decisum* combatido não possui fundamentação concreta a

justificar seu encarceramento preventivo, em especial porque:

"EM NENHUM MOMENTO FORAM TRAZIDAS PELO DOUTO MAGISTRADO CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS E PESSOAIS DO RECORRENTE QUE PUDESSE LHE FAZER CONCLUIR PELA NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. INCLUSIVE, É POSSÍVEL OBSERVAR DOS AUTOS QUE A R. DECISÃO SE ESCORA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, MAS, EM NENHUM MOMENTO APONTA ONDE A GARANTIA E A CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL RESTARAM ABALADAS, SENDO RELEVANTE DESTACAR QUE AS INVESTIGAÇÕES JÁ SE ENCERRARAM." (fl.410)

Atesta que possui emprego formal e endereço fixo. Rebate o cumprimento dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, ao infirmar tanto a materialidade dos delitos, ao argumento de que há nulidade do seu reconhecimento pelas vítimas; como a existência de indícios de autoria.

Sustenta que não representa risco à ordem pública, pois não é propenso às práticas delituosas e nem dotado de periculosidade; que não prejudicará a ordem econômica, *"haja vista que sua conduta não ofendeu o disposto no artigo 20 da Lei n.º 8.884/94"* (fl. 431); que irá contribuir com a instrução penal; e que não se subtrairá aos efeitos de eventual condenação – motivos pelos quais não há razão em se manter o seu encarceramento cautelar, mormente por ser cabível a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Por fim, argumenta que, apesar de possuir antecedentes criminais, cumpre de modo exemplar as determinações do juízo das execuções penais.

Aduz que não houve o preenchimento dos requisitos do art. 313 do Código de Processo Penal e que o decreto prisional não possui contemporaneidade, tendo em vista que o delito foi praticado em 19/09/2017 e a prisão preventiva decretada somente em 14/08/2018, 11 (onze) meses após o fato delituoso.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso, a fim de que seja revogada a prisão preventiva ou, subsidiariamente, seja-lhe concedida a liberdade provisória mediante a aplicação das medidas cautelares cabíveis.

É o relatório.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

A concessão da tutela de emergência exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na

demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

O Juízo de primeira instância, ao determinar a prisão preventiva do Paciente, destacou que a segregação cautelar é imprescindível para a garantia da ordem pública, pois (fls. 246-250; sem grifos no original):

"II. Do Pedido de Prisão Temporária/Prisão Preventiva:

Em que pese a representação formulada pela autoridade policial de decretação da prisão temporária, tenho que razão assiste ao Ministério Público, sendo a prisão preventiva a medida mais adequada ao caso em apreço, senão vejamos:

Trata-se de Pedido de Prisão Preventiva requerido pelo Ministério Público em desfavor de PAULO CEZAR DE SOUZA, PAULO HENRIQUE DE SOUZA, WAGNER NOVAIS MARCOLINO DA SILVA e JOÃO VITOR DA SILVA SOARES, os quais são suspeitos de serem os autores dos crimes de associação criminosa (artigo 288 do Código Penal), ameaça contra diversas vítimas (artigo 147 do Código Penal) e exercício arbitrário das próprias razões (artigo 345 do Código Penal), além de estelionato (artigo 171 do Código Penal) e lavagem de capitais (Lei nº 12.683/2012).

Nota-se que as condutas supostamente perpetradas pelos representados são típicas, ilícitas e culpáveis, admitindo-se, em uma primeira análise, portanto, a decretação da prisão preventiva.

Indispensável também é, para a decretação da custódia cautelar, a apreciação do fumus comissi delicti, prevista no artigo 312 do Código de Processo Penal: prova da existência crime e indício suficiente de autoria.

No caso dos autos, observo que não há dúvidas quanto à existência do fato, sendo certo que a materialidade delitiva se encontra consubstanciada nos documentos que instruem o Inquérito Policial nº 0064519-28.2017 e 114826/2018.

Ainda, há nos autos elementos probatórios que permitem afirmar a existência de indícios de autoria recaindo sobre os representados. Extrai-se os autos que em meados de setembro de 2017, investigadores de polícia receberam denúncia anônima noticiando que na Rua Delaine Negro, nº 50, Bloco B, apto 106, Jardim Universitário, em Londrina/PR, funcionaria uma empresa de empréstimo de dinheiro, em que os funcionários cobravam juros abusivos e ameaçavam os clientes para cobrar suas dívidas.

Visando averiguar a denúncia anônima, em 19 de setembro de 2017, policiais civis dirigiram-se à referida empresa, vindo a constatar que PAULO CÉZAR DE SOUZA era o responsável pelo local, que seu irmão PAULO HENRIQUE DE SOUZA e WAGNER NOVAIS MARCOLINO DA SILVA eram seus funcionários (atendentes e cobradores) e JOÃO VITOR DA SILVA SOARES seu segurança.

Relata o Ministério Público que, na ocasião, os investigadores

apreenderam o automóvel BMW 320I, placas AQO-2991, que havia sido retirado à força da vítima Vinícius Montezoro, em razão da cobrança de dívidas de empréstimo. Também foi apreendida a Santana camionete Toyota/Hillux, placas AWY-1708, de propriedade de PAULO CEZAR DE SOUZA. No mais, JOÃO VITOR DA SILVA SOARES foi preso em flagrante delito, em razão da apreensão de uma arma de fogo de sua propriedade, localizada no cofre da referida empresa.

Em decorrência de tais constatações, instaurou-se o Inquérito Policial nº 133497/2017 (autos nº. 0064519-28.2017), no qual se apurou que além de Vinícius, outras pessoas que também teriam sido vítimas das ameaças dos representados, sendo elas: Alessandra Colety, Alfredo Mateo Marsiglia Guerra, Letícia Oliveira Godinho Gracindo e Luana Cristina de Oliveira, ressaltando que esta última ainda vem sofrendo ameaças.

Ainda, expõe a agente ministerial que, apesar das alegações dos investigados, no sentido de que a atividade desenvolvida pela empresa seria de tecnologia e desenvolvimento de softwares, em razão dos diversos documentos apreendidos no local, dentre os quais panfletos, computadores e celulares, apurou-se que efetivamente funcionava um escritório de empréstimo de dinheiro. Assim, com a continuidade das investigações, também foi possível indicar parte dos clientes atendidos pela referida empresa, dentre os quais muitos confirmaram terem contraído empréstimos, sem terem sofrido, no entanto, qualquer tipo de coação ou ameaça para o seu pagamento.

Destacou que nem mesmo a ação policial realizada em setembro de 2017 constituiu óbice para o intuito delitivo dos representados, que permaneceriam fornecendo empréstimos com juros abusivos para diversas pessoas, posteriormente cobrando, por meio de ameaças, valores exorbitantes de suas vítimas.

Insta registrar que, de acordo com o Inquérito Policial colacionado à seq. 24.2, os representados teriam obtido lucros patrimoniais vultuosos com empréstimo e cobranças indevidas de dinheiro e com a suposta prática de extorsão. Acrescentou a autoridade policial que os representados teriam montado uma empresa fantasia para encobrir a origem ilícita do patrimônio, bem como visando justificar a existência de valores ou bens obtidos de forma inidônea, através de falsas operações, com a simulação de que no local funcionaria uma empresa de Software.

Por fim, consta que o sogro do representado Paulo Cezar compareceu à Delegacia de Polícia, ocasião em que fez uma denúncia de que seu genro o teria ludibriado para receber mais de R\$4.000.000,00 em investimentos na sua suposta empresa.

Vale esclarecer, de outra vertente, que para a decretação da prisão preventiva, não se exige prova robusta da autoria, mas apenas indícios suficientes desta que, no caso, como acima trazido, se fazem presentes.

Provada, portanto, a existência do crime e havendo indícios suficientes de sua autoria, o último passo é aferir a presença do periculum

libertatis, compreendido como o perigo concreto que a permanência do sujeito em liberdade acarreta para a investigação criminal, para o processo, para a efetividade do direito penal ou para a segurança pública. Logo, a prisão preventiva poderá ser decretada como 'garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal', conforme prevê o artigo 312 do Código de Processo Penal.

Ressalte-se que para que a prisão preventiva seja decretada, não é necessária a presença concomitante de todos esses fundamentos, bastando a presença de um único destes para que o decreto prisional seja expedido.

[...]

Observa-se claramente no presente caso que a decretação da prisão preventiva dos representados certamente resguardará a ordem pública, especialmente em razão da gravidade dos fatos narrados, porquanto que, além de se utilizarem de interposta empresa para angariar clientes e realizar empréstimos com juros abusivos, estariam valendo-se de ameaças para cobrar valores exorbitantes de suas vítimas.

Se não bastasse, nota-se da informação processual extraída do Sistema Oráculo (seq. 13.5) que o representado WAGNER NOVAIS MARCOLINO DA SILVA é delinquente contumaz, já que ostenta duas condenações transitadas em julgado pelos delitos de tráfico de drogas e de roubo duplamente majorado, evidenciando sua periculosidade e seu total descaso para com a Justiça.

Por outro, o artigo 313 do Código de Processo Penal admite a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos, bem como, se o réu tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, o que é o caso dos autos.

Constata-se, pois, a necessidade da prisão preventiva dos representados, que soltos podem vir a cometer outros ilícitos penais, sendo sua segregação cautelar medida imprescindível a garantir a ordem pública, consistindo sua liberdade um real perigo a coletividade. Ademais, a custódia preventiva dos representados além de impedi-los novamente de delinquir, também irá evitar que estes venham a evadir-se do distrito da culpa, bem como que medrem a produção de provas (aterrorizando testemunhas, apagando vestígios e indícios do crime), garantindo, dessa forma, os atos de instrução da futura ação penal.

Ressalte-se, por fim, que as medidas cautelares alternativas estabelecidas no artigo 319 do Código de Processo Penal (ainda que seja o uso de tornozeleira), não poderão surtir efeito neste momento, posto que não se traduzem efetivas para garantir o afastamento dos representados da conduta criminosa. Além disso, a gravidade dos crimes supostamente perpetrados e as circunstâncias do fato impedem ao menos, neste momento, a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

Destarte, a libertação dos representados seria inconveniente à instrução criminal e representaria insegurança à ordem pública e aplicação da lei penal.

Ante o exposto, presentes os requisitos e os fundamentos legais autorizadores da medida cautelar, existindo indícios suficientes de autoria e materialidade do delito, além do que mais constam dos autos até o momento, com fulcro nos artigos 311 e 312, ambos do Código de Processo Penal, em garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da futura aplicação da lei, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos representados, PAULO CEZAR DE SOUZA PAULO HENRIQUE DE SOUZA, WAGNER NOVAIS MARCOLINO DA SILVA e JOÃO VITOR DA SILVA SOARES, qualificados nos autos."

Dessa forma, aparentemente, a constrição tem base empírica idônea, pois o entendimento desta Corte é o de que o anterior cometimento de crimes constitui circunstância que legitima a prisão processual, **notadamente para assegurar a ordem pública**. Exemplificativamente, cito o seguinte julgado:

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração do que consiste o periculum libertatis.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs fez referência ao fato de o recorrente integrar organização criminosa voltada para a prática de tráfico ilícito de entorpecentes denominada 'Demônios de São Tomás'. Assim, a prisão se faz necessária para garantir a ordem pública, evitando o prosseguimento das atividades criminosas desenvolvidas.

3. Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso 'a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009).

4. Ademais, o recorrente apresenta duas anotações criminais (tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), estando inclusive usufruindo do benefício de liberdade provisória quando dos fatos ora em análise, evidenciando sua reiterada atividade delitiva. Assim, faz-se necessária a segregação provisória como forma de acautelar a ordem pública.

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos

gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

6. *Recurso ordinário desprovido.*" (RHC 81.267/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017 – sem grifos no original.)

Assim, não se verifica a ocorrência das hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não se tratar de situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório. Desse modo, a necessidade de permanência ou não do Paciente na prisão deve ser examinada após a tramitação completa do feito, inclusive com parecer ministerial.

Ressalte-se, ainda, que o Recorrente sustenta, em síntese, que não há contemporaneidade entre os fatos delituosos e a decretação da prisão preventiva. Todavia, verifica-se que a referida alegação não foi sequer apreciada pelo Tribunal de origem, o que evidencia a incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar originariamente a matéria, nos termos do art. 105, inciso II, alínea *a*, da Constituição da República, sob pena de indevida supressão de instância.

A propósito:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO PARA O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. Inviável o conhecimento originário por este Superior Tribunal de tese não analisada pelo Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

3. *Recurso em habeas corpus improvido.*" (RHC 98.019/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se as informações ao Juízo de primeira instância, em especial sobre o atual andamento da ação penal e, caso proferida sentença, o encaminhamento da respectiva cópia.

Oficie-se, ainda, ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para que encaminhe a senha ou a chave de acesso para consulta dos andamentos dos procedimentos referentes aos presentes fatos, caso seja necessária.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

